

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Distrito de Viseu é atravessado por um conjunto de estradas do Plano Rodoviário Nacional, designadas EN-Estradas Nacionais, que integram o domínio público rodoviário, e portanto sob a jurisdição do Governo Central, estando a sua conservação e manutenção a cargo da IP-Infraestruturas de Portugal.

O elevado estado de degradação destas estradas tem-se revelado um fator de insegurança para os cidadãos da região particularmente os que nelas circulam, com a ocorrência frequente de sinistros graves, muitas vezes fatais mesmo.

O último relatório da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, publicado este mês, dá nota de um aumento em 20,7% dos acidentes registados nas estradas do distrito, com um total de 1.092 acidentes entre janeiro e outubro de 2022.

São vários os exemplos de abandono do Distrito de Viseu em matéria de infraestruturas rodoviárias: os Itinerários Principais IP3 e IP5, os Itinerários Complementares IC12 e IC37, as Estradas Nacionais EN2, EN16, EN101, EN222, EN225, EN226, EN228, EN229, EN231, EN232, EN234, EN313, EN323, EN329 e EN333, e ainda as designadas Estradas Regionais ER16, ER226, ER227, ER228, ER230, ER231, ER321, ER323, ER331, ER333 e ER337 em que os viseenses circulam no dia-a-dia com maior preocupação, e com o desalento de quem no interior tantas vezes pensa *“será possível que ninguém trata disto?”*.

Continuam por cumprir as eternas promessas do Partido Socialista: das mais abstratas relativamente ao aumento de investimento público ou da qualidade de vida no interior, às mais concretas: como a ligação em perfil de autoestrada de Viseu a Coimbra (as duas maiores cidades do interior do país) ou a construção da IC26 para Lamego (que nem projeto conhece).

Além de ser conhecido o elevado volume de tráfego rodoviário destas estradas, é também conhecida a sua importância para a mobilidade e para a economia da região. Através destas vias, diariamente, são vários os cidadãos que as utilizam para terem acesso a escolas, ao ensino superior, a cuidados de saúde e, naturalmente, ao seu próprio emprego.

Num Distrito como o de Viseu, estradas significam educação, saúde, justiça: representam o acesso -ou a barreira- ao fundamental do nosso *Estado de Direito Democrático*.

Infelizmente, a realidade continua a ser a degradação do piso, a inexistência de sinalização viária -tanto vertical como horizontal-, e milhares de quilómetros sem linhas nem separadores em que a única sinalização à vista são placas de aviso de “piso irregular”, “circulação suprimida”, “circule com cautela”, que são ao mesmo tempo a evidência que a Infraestruturas de Portugal tem conhecimento do que acontece neste locais e do perigo a que estão sujeitos os nossos concidadãos.

Assim, os Deputados do GP do PSD vêm requerer que, com carácter de urgência a Senhora Ministro das Infraestruturas responda às seguintes questões:

- 1 – Quais as verbas orçamentadas para intervenção nesta parte da rede nacional?
- 2 – Qual o Cronograma de obras de conservação e manutenção para as obras previstas?

Palácio de São Bento, 2 de março de 2023

Deputado(a)s

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)
HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)
GUILHERME ALMEIDA(PSD)
CRISTIANA FERREIRA(PSD)
HUGO MARAVILHA(PSD)
MÁRCIA PASSOS(PSD)
JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)
PAULO MONIZ(PSD)
JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)
CARLOS EDUARDO REIS(PSD)
ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)
AFONSO OLIVEIRA(PSD)